



Mesa de honra



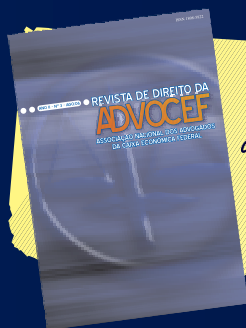
Congresso inicia com aplausos

O CONGRESSO DE BELEM

As decisões, as opiniões, as palestras
A negociação salarial
A prestação de contas da ADVOCEF



Público na solenidade de abertura



O terceiro número
da Revista de Direito
da ADVOCEF



Hora da votação



EDITORIAL

O feito e o por fazer

A luta não começa ou termina num Congresso, ela se faz no cotidiano, com o aprofundamento do ideário que identifica os advogados da CAIXA

Como já é costumeiro, a edição de setembro do nosso Boletim vem repleta de informações, sínteses, avaliações e expectativas, todas geradas no Congresso dos advogados representados por sua Associação.

O maior dos encontros até hoje realizado pela ADVOCEF levou a Belém do Pará um grupo combativo de pessoas, que debateu de maneira profunda e equilibrada as questões mais importantes da categoria.

O encontro serviu também como oportunidade para os dirigentes prestarem contas de sua atuação no último ano e da execução de outras tantas decisões nascidas em anteriores reuniões.

Revelou-se, uma vez mais, um movimento de permanente trabalho e de compromisso com os princípios que acompanham este grupo, como que a marcar uma trajetória de luta e de con-

tínua busca de melhores dias a todos que o integram.

E esta luta, de que são testemunhas e partícipes tantos que aqui estão e outros que por aqui já passaram, não começa ou termina num Congresso ou num evento ou fato específico.

Ela se faz no cotidiano, com o aprofundamento e a ampliação de todo um ideário, que identifica e torna este grupo de profissionais detentor de enormes anseios, sabedor de sua importância e de sua qualificação.

Neste contexto, conhecidas as adversidades e delineados os objetivos a que nos propomos, permaneçamos todos unidos em torno de nossos ideais, certos de que trilhar o caminho é parte do ritual para a chegada ao destino almejado.

**Diretoria Executiva da
ADVOCEF**



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA | **Presidente:** Altair Rodrigues de Paula (REJUR/Londrina) | **Vice-Presidente:** Sílvia do Lago Padilha (REJUR/Belo Horizonte) | **1º Tesoureiro:** José Carlos Pinotti Filho (REJUR/Londrina) | **2º Tesoureiro:** Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim (REJUR/Londrina) | **1º Secretário:** Marisa Alves Dias Menezes (JURIR/São Paulo) | **2º Secretário:** Henrique Chagas (REJUR/Presidente Prudente) | **Diretor Regional Norte:** Liana Cunha Mousinho Coelho (JURIR/Belém) | **Diretor Regional Nordeste:** Maria dos Prazeres de Oliveira (JURIR/Recife) | **Diretor Regional Sudeste:** Sonia Lucia dos Santos Lopes (JURIR/Rio de Janeiro) | **Diretor Regional Centro-Oeste:** Gustavo Adolfo Maia Junior (JURIR/Brasília) | **Diretor Regional Sul:** Mariano Moreira Júnior (JURIR/Florianópolis)

REPRESENTANTES JURÍDICOS 2006/2007 | **JURIR/AJ:** João Batista Barbosa Arruda; **JURIR/BU:** Henrique Chagas; **JURIR/BE:** Renato Lobato de Moraes; **JURIR/BH:** Simone Solange de Castro Rachid; **JURIR/BR:** Gustavo Adolfo Maia Júnior; **JURIR/CP:** Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer; **JURIR/CG:** Cleonice José da Silva Herculanio; **JURIR/CB:** Gustavo Eduardo Reis de Siqueira; **JURIR/CT:** Jayme de Azevedo Lima; **JURIR/FL:** Marcelo Oscar Silva Santos; **JURIR/FO:** Adonias Melo de Cordeiro; **JURIR/GO:** Ivan Sérgio Vaz Porto; **JURIR/JP:** Fábio Romero de Souza Rangel; **JURIR/ME:** Carlos André Canuto; **JURIR/MN:** Alcefredo Pereira de Souza; **JURIR/NA:** Carlos Roberto de Araújo; **JURIR/PO:** Jaques Bernardi; **JURIR/PV:** Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira; **JURIR/RE:** Paulo Melo de Almeida Barros; **JURIR/RJ:** Leonardo Faustino Lima; **JURIR/SA:** Jair Oliveira Figueredo Mendes; **JURIR/SL:** Samarone José Lima Meireles; **JURIR/SP:** Marisa Alves Dias Menezes; **JURIR/TE:** Renato Cavalcante de Farias; **JURIR/VT:** Rodrigo Sales dos Santos; **DIJUR/GERID:** Edson Pereira da Silva; **GEAJU:** Elisia Souza Xavier; **GETEN:** Eduardo Pereira Bromonschenkel; **REJUR/CV:** Roseli Aparecida Bettes; **REJUR/LD:** Daniela Pazinato; **REJUR/JF:** Josiane Mendes Gomes Dias Pinto; **REJUR/MR:** José Irajá de Almeida; **REJUR/NH:** Aline de Lima Riccardi; **REJUR/PF:** Clarissa Pires da Costa; **REJUR/RP:** Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti; **REJUR/SR:** Cleusa Maria de Jesus Arado Venâncio; **REJUR/UB:** Luciola Parreira Vasconcelos; **REJUR/VR:** Aldir Gomes Selles.

CONSELHO DELIBERATIVO | **Membros Efetivos:** Darli Bertazzoni Barbosa (Londrina), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba), Isabella Gomes Machado (Brasília), Luis Fernando Miguel (Porto Alegre) e Bruno Vicente Becker Vanuzzi (Porto Alegre) | **Membros Suplentes:** Luciano Paiva Nogueira (Belo Horizonte), Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte) e Alfredo Ambrósio Neto (Goiânia).

CONSELHO FISCAL | **Membros Efetivos:** Paulo Roberto Soares (Brasília), Rogério Rubim de Miranda Magalhães (Belo Horizonte) e Julio César Hofman (Maceió) | **Membros Suplentes:** Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiânia) e Éber Saraiva de Souza (Cuiabá).

CONSELHO EDITORIAL | Altair Rodrigues de Paula e Roberto Maia | **Jornalista responsável:** Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) – E-mail: mggoulart@uol.com.br | **Projeto Gráfico:** Marcelo Torrecillas | **Editoração eletrônica:** José Roberto Vazquez Elmo | **Ilustrações:** Ronaldo Selistre | **Tiragem:** 1.200 exemplares | **Impressão:** Gráfica Almeida | **Periodicidade:** mensal

Endereço em Brasília/DF: SBS, Quadra 2, Lote 1, BL S, Sala 1205 | Edifício Empire Center | CEP 70070-100 | Fone (61) 3224-3020 | E-mail: advocef@ipresto.com.br | Secretária: Priscila Christiane da Silva.

Endereço em Londrina/PR: Rua Santa Catarina, 50 / sala 602 | CEP 86.010-470 | Fone (43) 3323-5899 | E-mail: advocef@advocef.org.br | Secretárias: Tatiane Stabile Dantas Buzinaro e Ivete Augusta Pereira | Auxiliar Administrativa: Thaís Bender.

www.advocef.org.br | Discagem Gratuita 0800 400 8899

O Boletim da Advocef é distribuído aos advogados da CAIXA e a entidades associativas.



Lançada a terceira

"O sucesso da Revista é o sucesso de todos os advogados da CAIXA"

O juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região João Pedro Silvestrin apresentou no XII Congresso a terceira edição da Revista de Direito da ADVOCEF. Ex-advogado da CAIXA, João Pedro destacou o apoio incondicional da Diretoria da ADVOCEF e o trabalho de seus colegas nos Conselhos

Executivo e Editorial da Revista. Ele agradeceu a participação dos autores, que vêm colaborando desde o primeiro número da publicação, lançado em 2004.

"O sucesso da Revista é o su-

cesso de todos os advogados da CAIXA, autores ou não, porque a produção publicada é vista como o produto de toda a classe", disse João Pedro. Ele distinguiu a dedicação ao projeto do advogado Fabiano Jantalia Barbosa, que hoje trabalha no Banco Central, entregando-lhe uma placa comemorativa. Disse que o vínculo de Fabiano com a Revista fica evidenciado pelo fato de que, desligado da CAIXA, continua membro do Conselho Editorial.

O presidente da ADVOCEF, Altair Rodrigues de Paula, disse que "é um prazer constatar a consolidação do projeto, principalmente depois de termos conhecimento do grande número de elogios de entidades e autoridades que são leitores da Revista e do interesse demonstrado pelos advogados da CAIXA

Patrícia:
o projeto
corresponde
às expectativas



na publicação dos seus artigos jurídicos".

Integrante do Conselho Executivo da Revista, a advogada Patrícia Guadanhim elogiou a qualidade do terceiro número, "o que é até natural, porque é resultado da comunhão de esforços, como sempre, da ADVOCEF, autores e editores". Segundo ela, a execução do projeto, ambição antiga da categoria, corresponde a todas as expectativas. "Nem mesmo a chuva costumeira de Belém foi capaz de ofuscar o brilho da sessão de autógrafos ao ar livre", lembrou.

A Revista de Direito é distribuída aos tribunais superiores, diretores de foro e instituições de ensino.



João Pedro: o produto é de toda a classe

Revista dos advogados

Autores comentam sua participação na Revista de Direito

O advogado Mauro Rocha, do JURIR/São Paulo, quis levar ao conhecimento dos colegas a produção de condomínios horizontais, que é feita ao arrepio da lei em São Paulo, e a atuação do Poder Judiciário no caso. Guilherme Dieckmann, do JURIR/Porto Alegre, foi motivado pelas recentes modificações, em sede legislativa, no regime do agravo, que influenciam especialmente as atividades dos profissionais da CAIXA. Como os outros oito autores que compõem a terceira edição da Revista de Di-

reito da ADVOCEF, lançada no XII Congresso, eles consideram que é o veículo ideal para divulgar seus trabalhos.

Alexandre da Rocha, do JURIR/Brasília, diz que a Revista constitui valioso instrumento para divulgar teses que são aprofundadas na atividade diária da CAIXA. "Sem um veículo como a nossa Revista, essas importantes discussões ficariam encerradas nos autos judiciais, em debate restrito às partes." No texto, ele faz uma provocação. "Pretendo estimular um debate, focado na hermenêutica dos princípios

constitucionais, acerca das efetivas restrições a que estão sujeitas as empresas públicas." Ele transcreve parte de recente acórdão do STF que faz um desvendamento dos limites da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas da União.

Uma sentença do juiz corregedor de Campinas levou os interessados em liberação de recursos do FGTS ou de financiamento de casas com projetos divergentes dos registrados de vol-

Ruy Telles:
um estímulo
para escrever



ta às agências com os pedidos que já haviam sido indeferidos. "Isso nos forçou a buscar cópia integral do processo no Fórum de Campinas e a proceder à análise sistemática e profunda de toda a apresentação", diz Mauro Rocha. A conclusão, publicada na Revista, mostra que a sentença em nada alterou as razões da CAIXA de se considerar impedida da concessão dos créditos.

Ruy Telles Neto, do JURIR/Belém, diz que o reconhecimento acadêmico da Revista é um diferencial e um estímulo para escrever. "Isso, por si só, dá à Revista o potencial para crescer em qualidade, tornando-se uma das grandes revistas jurídicas do país." A publicação do seu texto foi especialmente importante para ele, que inicia a vida profissional e acadêmica. Admitido na CAIXA em 03/02/2006, concluiu há pouco o mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará.



Guilherme Dieckmann, Alexandre da Rocha, Maria dos Prazeres e Mauro Rocha

Prestação de contas

Presidente relata as ações da ADVOCEF desde o último Congresso

O presidente da ADVOCEF, Altair Rodrigues de Paula, aproveitou a audiência do XII Congresso, em Belém, para expor as ações da entidade desde o último encontro, em agosto de 2005. Altair ressaltou o canal aberto com os associados, destacando a transparência e o grande número de atividades desenvolvidas pela Associação para o fortalecimento da categoria.

O presidente recomendou a utilização do fórum da ADVOCEF para discussões de temas de interesse dos advogados, destacando que a Diretoria da ADVOCEF está à disposição para esclari-

recer as dúvidas. "Buscamos sempre responder os e-mails e ligações telefônicas dos colegas o mais breve possível. A agenda dos compromissos tem sido apertada, por isso utilizamos o nosso site como forma de divulgar a todos, sem exceção, os assuntos que envolvem os advogados da CAIXA."

No relato detalhado, Altair discriminou as medidas tomadas após o XI Congresso, em agosto de 2005, e as deliberações da reunião de Diretoria realizada em Brasília, em março de 2006. Para conhecer a íntegra do relato, consulte o site, na seção "Destaques".



Altair: transparência e canal aberto com a categoria



Solenidade de abertura do XII Congresso

Preparativos e inovações

O presidente disse que realizar o Congresso é operação que demanda muito trabalho prévio, para criar o ambiente com as condições ideais à discussão dos assuntos.

"E o trabalho continua durante o evento", disse Altair. "É um momento crucial para definir os passos estratégicos a seguir."

Mesmo quem não estava no Congresso pôde acompanhar o resumo dos acontecimentos, inserido no site ao final de cada dia.

Sem resposta

Segundo o presidente da FeNAdv, Walter Vettore, a CAIXA não deu resposta à pauta encaminhada pela entidade, por duas vezes, em junho e agosto. "Eles deram uma desculpa esfarrapada, alegando ignorância, que não estava notificada de nada", disse o presidente. O próximo passo é solicitar a intermediação do Ministério do Trabalho e, a seguir, caso não haja acordo, instaurar o dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho.

Vettore disse estranhar o comportamento da CAIXA, porque muitas categorias estão conseguindo aumentos acima da inflação. Foi assim no comércio (91% das convenções),



Walter Vettore: a CAIXA está enrolando

na indústria (84%), no setor de serviços (77%). O advogado cita dados do DIEESE que mostram que 82% das categorias conquistaram índices maiores

que o INPC. "O setor dos bancários deve dar mais. A CAIXA teve lucro maior que o Unibanco."

Participante habitual dos Congressos da ADVOCEF, Vettore notou, em Belém, que a categoria está mais mobilizada. "A presença na assembleia foi bem demonstrativa da representação no ambiente de trabalho. Na verdade, os advogados sentem que a CAIXA está enrolando e que terão que tomar uma atitude mais forte."

No XII Congresso foi aprovado o indicativo de greve da categoria, na eventualidade de a CAIXA não atender às reivindicações. Vettore vai solicitar a intermediação do Ministério do Trabalho para viabilizar o início das negociações.



Terceira edição da Revista de Direito foi lançada no Congresso

O relato das providências tomadas desde o XI Congresso, distribuído em forma impressa aos participantes e divulgado no mesmo dia no site, foi uma experiência inovadora e positiva, na avaliação de Altair. "Percebi que os colegas aproveitaram melhor a explanação, acompanhando no papel. Isso facilitou para mim também, já que são muitas as informações em um longo ano de trabalho para serem resumidas no tempo disponível da pauta."



Homenagem ao advogado Fabiano Jantalia



Renato Hino, Alberto Braga, Altair e Silvio Padilha

Altair diz que o constante aprimoramento da organização decorre da experiência adquirida em cada Congresso, sendo fundamentais as sugestões dos colegas, inclusive de ex-presidentes da ADVOCEF. "Apesar do grande número de providências que precisam ser tomadas em decorrência das decisões do Congresso e com a finalização das tarefas operacionais, já estamos idealizando o próximo em Maceió", disse.

Organização e carinho

A advogada Liana Mousinho, da Comissão Organizadora do XII Congresso, diz que o sucesso do evento se deve a um trabalho elaborado com bastante calma, carinho e dedicação, com total apoio da ADVOCEF. "Pelo que percebi, todos saíram muito satisfeitos", diz.

Liana acha que o ponto alto do evento é a parte social. "Quanto ao Congresso em si, todos já sabem o que vai rolar e como vai rolar. Logo, temos que considerar que após um dia exaustivo de trabalho os congressistas estão ávidos por uma noite animada onde possam relaxar, trocar idéias e se divertir bastante."

No discurso de abertura do Congresso, o presidente da ADVOCEF, Altair Rodrigues de Paula, ressaltou a importância da realização inédita do evento na Região Norte, "muito bem representada pelo Estado do Pará". Altair elogiou a recepção do povo paraense, "hospitaleira, calorosa e de uma alegria contagiante".

O presidente agradeceu à Comissão Organizadora, aos colegas que auxiliaram no planejamento e execução e aos advogados que contribuíram de alguma forma para a realização do evento. "Tudo ocorreu de acordo com o planejado, contribuindo, conseqüentemente, para que os participantes pudessem dirigir seus esforços unicamen-



Liana: trabalho com calma e dedicação

te para a discussão das matérias importantes colocadas em pauta."

Integraram também a Comissão Organizadora os advogados Amélia Franco, Gracione Costa e Renato Moraes, todos do JURIR/Belém.

NOTAS do CONGRESSO

Contas desde 2001

Foi aprovada proposta da ADVOCEF de encaminhar expediente à CAIXA solicitando prestação de contas dos honorários relativos à Execução Fiscal a partir de novembro de 2001, com os respectivos relatórios operacionais da área do FGTS. O documento vai sugerir a alteração do Manual Normativo, para que os relatórios comprobatórios sejam anexados aos comprovantes de pagamentos mensais de forma permanente.



Cópia ao MPT

A ADVOCEF está tomando as providências necessárias para o encaminhamento ao Ministério Público do Trabalho da cópia protocolada da representação no Conselho de Ética da CAIXA, juntamente com a notificação judicial (autos nº 00511-2006-011-10-00-4) e de dossiê relatando as atividades delegadas desempenhadas pelos advogados da CAIXA. Uma cópia poderá ser encaminhada ao Departamento de Coordenação das Empresas Estatais Federais (DEST), ao Conselho Federal da OAB e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Comissão de Ética

Em atendimento às deliberações do XII Congresso, a ADVOCEF protocolou na Comissão de Ética da CAIXA, em 04 de setembro, juntamente com a FeNAdv, uma representação em face das ocorrências relacionadas aos profissionais advogados, integrantes da carreira profissional da Empresa.

Execuções nas unidades

Um grupo de trabalho vai analisar as condições das unidades jurídicas para efetuar as execuções habitacionais, pelo rito da Lei 5.741/71. Se a conclusão for satisfatória, será encaminhada à CAIXA proposta de internalização das execuções, que hoje são feitas extrajudicialmente. Compõem o grupo os advogados Alexandre Duarte de Lacerda, José Irajá de Almeida e Leandro Cabral Moraes.

Tudo no site

Foi alterado o § 5º do art. 30 do Regulamento de Honorários, determinando que a prestação de contas mensal da ADVOCEF seja disponibilizada no site, deixando registrado um procedimento que já vem sendo adotado pela ADVOCEF. Cópia da documentação será mantida na sede da entidade, à disposição dos interessados. Todos os advogados da CAIXA, associados ou não, têm acesso ao site.

Não permitido

Não houve deliberação das propostas para que a ADVOCEF atue em nome dos associados como substituta processual, pois a medida só é permitida às entidades sindicais.

Cidade-sede

Maceió foi a cidade escolhida para sediar o XIII Congresso da ADVOCEF, em maio de 2007. A ADVOCEF já iniciou os preparativos, devido à antecipação da data. Estão sendo providenciadas a formação da Comissão Organizadora e as escolhas de hotel e melhor período para o evento.

Congressos em maio

A partir de 2007, os Congressos anuais da ADVOCEF serão realizados no mês de maio. A eleição para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria e Representações nas unidades jurídicas será realizada a cada dois anos, no primeiro decêndio do mês de agosto.

Procuradoria especial

Um grupo de trabalho vai levantar subsídios visando à elaboração de projeto de lei para criar uma "Procuradoria especial junto a



empresa pública federal", a ser constituída por advogados da CAIXA, integrante de uma das carreiras da AGU. Compõem o grupo os advogados Gryecos Loureiro, José Carlos Machado, Bruno Vanuzzi, Marisa Menezes, Marcelo Nader, Marcelo Victor e Samarone Meireles.

Leopoldo Viana Batista Júnior (*)

MLSD

Movimento de Libertação dos Sem Dinheiro

Sabe aquele seu suado dinheiro guardado em um banco, em sua casa, ou em qualquer lugar que você ache seguro e que com enorme esforço você conseguiu após anos de labuta amearhar? Certamente será espoliado pelos ativistas do Movimento de Libertação dos Sem Dinheiro - MLSD. Logo logo escutaremos que o dinheiro, a moeda, é um bem social e deverá ser redistribuído com aqueles que não o possuem, ou o possuem pouco, estando esta distribuição ao bel prazer de quem os tomar violentamente, eis se fazer necessário ao desenvolvimento da nação, blá, blá, blá... esquecendo-se os meios de comunicação de chamar o ato de roubo.

Fique esperto também meu caro leitor, porque em desenvolvimento rápido neste já quase anárquico país, ainda, os Movimentos dos Sem Rádio, dos Sem Televisão, dos Sem Comércio, dos Sem Amante, dos Sem Vergonha, dos Sem Ética, dos Sem Carro, dos Sem Fumo, dos Sem Álcool, dos Sem Poder, dos Sem Emprego, dos Sem Terra, dos Sem Ônibus, dos sem uma série de outros interesses humanos imediatos ou mediatos, ridículos ou não.

E não pensem que isso é pura ridicularia, não! Em evidência cristalina e em curso, nos últimos dias, o mais atual dos movimentos, o Movimento dos Sem Pontos - MSP. Sim, sem ponto para venda de drogas! Alguns empresários comerciantes de drogas ilícitas, já já chamados de ativistas - antes identificados simplesmente como traficantes - resolveram demonstrar a todos, por enquanto no estado de São Paulo, como se usa a força para obter o que se quer na ausência de um Estado preocupado com a maioria. A coisa andaria muita parecida mesmo com uma guerra civil, não fosse o desinteresse do verdadeiro civil por ela.

Pois é, aonde vamos chegar? Após séculos de lutas e de conquistas das mais árduas pelo direito, pelo mais básico direito do sobrevivente, estamos a ver ruir acintosamente um dos seus pilares e ar-

rimos, qual seja o direito de propriedade.

É insito, pois direito natural até, que o direito a propriedade privada aflorou após milênios em que o indivíduo, por algumas de suas formas de aquisição, teve incorporado ao seu patrimônio um determinado bem, e sobre ele possuía o direito de aliená-lo por qualquer de suas formas, ou recebê-lo em herança. E essa sensação originária de ter, produzir, e fa-

claro, também, que não se devem esquecer as identificáveis pencas de ladrões espoliadores do povo e da nação e os enriquecimentos ilícitos. Há mecanismos legais e sociais que, se aplicados eficazmente, reduziram a impunidade. Mas daí aos movimentos absurdos atualmente tolerados que tentam resolver as situações com o uso de suas próprias forças e razões, invadindo, tomando, arrancando das mãos, coagindo, depredando, massacrando outrem, muito longe passam da licitude!

O que nos falta ainda? Invadem-se casas, propriedade rurais, prédios públicos; traficantes resolvem criar um Estado à parte, sem ordem, sem lei, acintosamente assassinando inocentes, à vista de todos, sem uma efetiva providência da nação, enquanto aqueles que encerram o dever de reprimir, inibir, prender, processar, discutem filigranas políticas partidárias na mídia, debocham do povo, desdenham da nação.

Basta de tanta hipocrisia, a começar pelas igrejas que esquecem as suas próprias propriedades enquanto estimulam a distribuição daquelas dos seus vizinhos; dos governos, enquanto enrolam e gozam a massa dos necessitados; dos conglomerados econômicos, enquanto espoliam abertamente os mais pobres.

Quanto ainda teremos que pagar para voltarmos ao mínimo ético, à mínima segurança jurídica do cidadão contribuinte, ao mínimo controle social?

Não se ignore tantos anos de conquistas democráticas, não! Todavia, não se confunda democracia com esculhambação; democracia, com anarquia; democracia, com cinismo; democracia, com irresponsabilidade social. Invertam-se as práticas e criem-se os Movimentos daqueles que, a propósito o serão em absoluta maioria, desejam a ordem, a justiça, a licitude, o respeito pelas instituições.

(*) Advogado da CAIXA em João Pessoa/PB



zer valer o seu direito erga omnes, é básico como suas derivações. Vem ele trazendo segurança jurídica ao cidadão, segurança social às comunidades, segurança nacional aos países, até mesmo àqueles que ainda ontem, em razão de seus sistemas políticos, não os admitia.

Facilmente, vê-se naquelas nações onde se instala momentaneamente o desrespeito ao direito de propriedade, ser ativada imediatamente a balbúrdia, a confusão, a desordem, restando evidenciada a banalização da legislação e dos costumes, transformando-as em casas-de-noca, em verdadeiras nações caóticas.

Não se pretende esquecer, em verdade, as injustiças sociais, os desvios de conduta, os impérios latifundiários e tantas outras mazelas sociais que agravam a vida dos mais pobres, é óbvio. Mas, é

Discurso afinado

O XII Congresso foi proveitoso e decisivo, dizem os participantes

A categoria está tão unida, segundo o advogado Marcelo Dutra Victor, do JURIR/Belo Horizonte, que até mesmo os pontos controversos debatidos no XII Congresso da ADVOCEF "terminaram por aparar arestas e afinar os discursos". André Canuto, do JURIR/Maceió, diz que os advogados demonstraram mais uma vez o sentimento de luta necessário para a busca da melhoria salarial. E assim o encontro, realizado nos dias 31 de agosto a 2 de setembro, em Belém, resultou proveitoso, na avaliação de Aline Riccardi, da REJUR/Novo Hamburgo, com decisões importantes para a categoria. Exemplos: o indicativo de greve e a participação da FeNAdv na negociação.

Para Antonio Kehdi Neto, da REJUR/Ribeirão Preto, o evento se torna mais importante a cada ano. "Considerando os assuntos abordados e o fato de que pudemos vislumbrar uma luz no fim do túnel (em vista do discurso do sr. Diretor Jurídico), reputo como satisfatórios os resultados." Antonio Kehdi ressalta também

a oportunidade de conhecer novos colegas, "sempre cheios de novas expectativas e conceitos, e com todo o gás". Reginaldo



Pereira Silva, do JURIR/Brasília, aponta, a propósito, a busca da integração de novos e antigos, que ficou evidenciada na proposta

para não alterar a forma de rateio de honorários.

Para André Luiz Vieira, do JURIR/São Paulo, o episódio reflete a evolução do Congresso. Desse modo, barradas as diversas propostas que tratavam do tema, passou-se a tratar de itens mais importantes da pauta. "Noutros anos, perdeu-se muito tempo em discussões acerca do rateio, tema delicado que, em regra, desagrada a categoria."

Luiz Fernando Schmidt, do JURIR/Goiania, aprovou o empenho de antigos e novos na defesa da CAIXA, apesar do excesso de trabalho e escassez de salário. "Mas sem descuidar de reivindicar e lutar por melhorar essa situação, demonstrando muita determinação." Ele também elogiou o equilíbrio na programação do evento. "Excederam, é lógico, a simpatia, a receptividade e o carinho com que fomos brindados."

O Congresso de Belém ficará na história dos advogados da CAIXA, proclama Cláudia Elisa Teixeira, do JURIR/Porto Velho. "A consciência de onde queríamos chegar pautou os dias de trabalho naquela cidade." André Canuto expressa a satisfação em participar do encontro todos os anos: "Ao menos saímos dos Congressos com as esperanças renovadas na busca do reconhecimento que deve ser dado pela Empresa a todos nós".

Da omissão à ação

De acordo com os advogados, o indicativo de greve foi a principal proposta aprovada no XII Congresso. A decisão marca uma mudança de postura, explica Aline Riccardi. "Deixamos de ser vítimas da omissão da CAIXA e passamos a ser autores de uma nova realidade." Trata-se de um instrumento legítimo de pressão, endossa André Vieira. Cláudia Teixeira ressalta a unanimidade na votação, feita de forma responsável, com o respaldo do parecer elaborado pelo especialista José Affonso Dallegrave Neto. "Todos temos consciência de que a greve é legal e necessária."

André Canuto diz que a presença da FeNAdv, como representante sindical, representa um marco para os advogados da CAIXA. "Além de asseverar com maior contundência a insatisfação da classe

com o atual Plano de Cargos e Salários, representa o início da luta específica por questões peculiares aos advogados."

Aline argumenta que é preciso ocupar posição mais confortável na mesa de negociações. "Até então, estávamos muito passivos. Nossas insurgências haviam sido poucas e pobres. Agora, a orientação é outra. Passamos da notificação para a reclamação trabalhista, da inércia para a ação." Segundo a advogada, a CAIXA teve a oportunidade do diálogo e não se empenhou.

Poder contar com uma representação sindical específica na data-base é o grande trunfo e o maior avanço na luta pela melhoria salarial, diz Antonio Kehdi. "Nes-



te ano, pode não resultar em nada, mas abre as portas para resultados futuros", acrescenta Luiz Schmidt.

Muito importantes também, segundo Aline Riccardi, foram as discussões sobre o ajuizamento de ações. "Pululam pelo Brasil inteiro ações movidas individualmente por advogados, além daquelas encabeçadas pela própria ADVOCEF, e esse fato, certamente, não passará despercebido pela Administração."

A importância da classe



"Talvez se demande mais reflexões por parte da Administração da CAIXA do que dos próprios advogados. Por isso, acho que nós, advogados, juntamente com a ADVOCEF, não devemos poupar esforços para buscar uma maior conscientização, pelos administradores da empresa, sobre a importância da classe e do nosso trabalho, o que, no meu entender, ainda não é uma idéia que está sedimentada na cultura daqueles gestores." *Antonio Kehdi Neto*

O nosso marketing

"Penso que devemos discutir também sobre a nossa participação na imagem e no resultado da CAIXA. Precisamos estabelecer estratégias objetivas que demonstrem a nossa importância e o nosso real valor. Em resumo, temos que trabalhar o nosso "marketing". Temos que buscar soluções criativas para os nossos problemas. Não podemos continuar sendo vistos como meros coadjuvantes." *Regynaldo Pereira Silva*

Hora da crítica

Faltou algum tema importante para discutir no Congresso? Pelo contrário, na opinião de Aline Riccardi: "Foram levadas proposições até demais, algumas que, a meu juízo, sequer mereceriam apreciação em evento desse quilate". Mesmo assim, para ela, faltou uma análise mais profunda da questão da EMGEA.

André Canuto também entende que deveria haver uma "filtragem" das propostas. Dispensáveis são, por exemplo, as que alteram a forma de rateio dos honorários, sempre rejeitadas em todos os Congressos. "Muitas das vezes, com o perdão da sinceridade, parecem ter tendência eminentemente casuística."

André pretende que o próximo Congresso conte com a presença do presidente da CAIXA. Ele espera que assim seja possível discutir com maior objetividade as questões salariais.

Antonio Kehdi entende que é preciso conscientizar os gestores da CAIXA sobre a importância da categoria. "A idéia que tenho, por exemplo, é que o conceito do corpo jurídico da CAIXA, como sendo um dos melhores da advocacia pública do país, parece mais difundido externamente (por exemplo, entre o Judiciário, Ministério Público e demais carreiras) do que no seio da própria Empresa."

Daniele Macedo (JURIR/Campinas) gostaria que fosse melhor discutida a questão da greve. "Acho que faltou uma mobilização maior e uma perspectiva mais clara sobre o que se pretende fazer e quando." Daniele também não gostou do aumento dos juros nos empréstimos da ADVOCEF.

Antonio Kehdi pleiteia mais palestras, com temas profissionais e jurídicos variados. Ele lança a idéia de realizar os Congressos também fora das capitais, como

Ribeirão Preto e Londrina.

Regynaldo Silva supõe que é hora de repensar a pauta dos Congressos. "Sugiro o aprofundamento da discussão sobre a identidade do advogado da CAIXA. Em vários congressos temos percebido essa crise existencial que nos aflige. Somos advogados de empresa pública? Somos advogados públicos? So-

mos advogados de banco? Somos os três ou nenhum dos três?"

Faltou discutir algum tema? Antonio Kehdi: "Talvez o que tenha faltado mesmo é a certeza acerca da implementação de algumas medidas. O novo PCS, com a unificação da carreira, por exemplo." Seja como for, a tese para aumentar o período do Congresso vem ganhando adeptos. Segundo um deles, Marcelo Victor, "três dias de deliberações talvez pudessem tornar o evento ainda mais produtivo".



André: filtrar as propostas

Momento de orgulho



"O Congresso da ADVOCEF é sempre um marco para as unidades jurídicas. As fases pré e pós-Congresso reanimam os debates sobre temas de interesse de nossa classe. Podermos reunir parcela significativa dos advogados da CAIXA em um momento de integração e de trabalho nos engrandece enquanto categoria. A forma minuciosa e responsável com a qual é estruturado o evento é motivo de orgulho a todos que têm a oportunidade de lá comparecer." *Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira*

O que queremos?

"A nossa categoria ainda tem alguma dificuldade em estabelecer um foco e traçar planos de ação objetivos e eficazes. Disso resulta a nossa paralisia. A meu juízo, isso é o que deve ser repensado. Temos que parar e pensar o óbvio: o que queremos? Como conseguiremos atingir esse objetivo? Com essas respostas, é partir para a ação. Nós permanecemos inertes por muito tempo justamente porque não sabíamos exatamente para onde queríamos ir. Estamos tomando somente agora atitudes que já poderíamos e deveríamos ter tomado há bastante tempo." *Aline de Lima Riccardi*



Final de gestão

Diretor jurídico ressalta a unidade dos advogados e debate a proposta da CAIXA

A quatro meses da posse de novo governo federal, o diretor jurídico da CAIXA Antonio Carlos Ferreira apresentou aos colegas presentes no XII Congresso da ADVOCEF um breve balanço de sua gestão. Destacou a realização de dois concursos públicos e a contratação de 400 advogados. No período, foi feita também a remodelagem das unidades jurídicas e introduzidos mecanismos de controle para atender às determinações do BACEN (célula SIJUR). O diretor ressaltou que todas as conquistas dos advogados foram obtidas com a força de sua Associação. "Os advogados da CAIXA devem continuar unidos em torno da ADVOCEF, para evitar retrocesso", afirmou.

O diretor discorreu sobre a proposta da CAIXA, que institui carreira com 36 níveis. O enquadramento seria feito por aproximação, ponderando o tempo de serviço. Seria extinto o CTVA e mantidos os direitos adquiridos (ATS, VPs).

no depende da adesão dos empregados da CAIXA ao Novo Plano da FUNCEF.

Em resposta a um questionamento, o diretor comentou sobre a possível inclusão dos advogados na MP 305, que trata dos salários das carreiras públicas. Os profissionais da CAIXA são

advogados públicos, mas não da carreira pública, afirmou. "A eles não se aplicam nem os salários dos advogados da União ou juízes e nem, muito menos, de advogados das Casas Bahia ou de bancos como Itaú e Bradesco."

Antonio Carlos reconheceu a evasão dos profissionais da Empresa, acrescentando a informação de que, nos últimos meses, 140 advogados trocaram a CAIXA pela Advocacia Geral da União.



Antonio Carlos mencionou a probabilidade de ser oferecida uma promoção em nível maior para os advogados juniores e plenos. Segundo ele, a definição do pla-

Valeu o esforço

Com opiniões divididas, os advogados ressaltaram o esforço do diretor jurídico da CAIXA em sua gestão e criticaram a ausência de resultados até o momento



Reginaldo: o computadorzinho 286

para as reivindicações da categoria. "Reputo muito importante a perspectiva que ele nos passou, referentemente à aprovação do novo Plano de Cargos e Salários, ainda que não atenda fielmente aos anseios da classe", disse o advogado Antonio Kehdi. Mas espera que tudo não fique "no campo da retórica", pois a medida já é aguardada há muito tempo.

O destaque negativo da entrevista, para André Canuto, está justamente na apresentação da proposta da CAIXA, "es-

pecificamente no ponto que mantém salários aquém do que precisamos e reputamos justos, além de não pôr fim às disparidades existentes". Daniele Macedo considerou a entrevista "um pouco superficial, revelando ainda uma falta de sintonia dele com os Jurídicos".

Para a advogada Cláudia Teixeira, o encontro deixou a certeza de que algo foi feito. "Vivemos outra realidade. Temos uma melhor estrutura para desenvolvermos nosso trabalho. A possibilidade de debatermos com nosso diretor jurídico reflete um momento ímpar. A defasagem salarial subsiste como o último ponto a ser resolvido pela Diretoria."

O advogado Luiz Fernando Schmidt acha que, se dependesse da vontade do diretor, as reivindicações já teriam sido atendidas. E pensa que o próprio diretor está frustrado com os resultados de sua administração na questão salarial.

Reginaldo Silva diz que não se podem desconhecer as melhorias com instalações, equipamentos e pessoal. "Sempre brinco

com o Dr. Alberto, gerente do JURIR/Brasília, dizendo que quando entrei no Jurídico, em julho de 2001, parecia que estava em um escritório de advocacia dos anos 50. O computadorzinho 286, a manivela, era a peça mais moderna."

De lá para cá a área jurídica deu um salto, diz Reginaldo, e a CAIXA é hoje uma boa empresa para se trabalhar. "Falta, sem dúvida, melhorar o nosso salário."

No aspecto salarial, no entanto, a advogada Aline Riccardi depreendeu da entrevista que não há mais espaço para negociação, ou, se existe, está longe de atender às aspirações dos advogados. "Ao que tudo indica, a CAIXA já fez o que entende ser a sua melhor proposta", disse Aline.



Schmidt: o diretor está frustrado

"A DIJUR conhece os problemas"

A inexistência de hierarquia nos Congressos da ADVOCEF permite o debate franco e aberto, ressaltou o diretor jurídico da CAIXA, Antonio Carlos Ferreira. Nesta entrevista ele comenta o encontro com os advogados, momento que considera próprio para a DIJUR "reafirmar e rever, quando necessário, suas iniciativas".

BOLETIM DA ADVOCEF - Como avalia, de modo geral, o debate com os advogados, no XII Congresso?

ANTONIO CARLOS - Nos Congressos da ADVOCEF não prevalece qualquer sentimento de hierarquia entre os participantes, circunstância que amplia as possibilidades de um debate franco e aberto sobre os assuntos de interesse da categoria e propicia aos colegas a oportunidade para manifestar suas críticas e sugestões a res-

peito da atuação da DIJUR, com resultados bastante positivos.

BOLETIM - Qual o tema mais importante debatido ou transmitido à categoria?

ANTONIO CARLOS - O próprio debate demonstrou posicionamentos diferentes entre advogados integrantes dos diferentes Planos de Cargos e Salários. No XII Congresso, a DIJUR confirmou sua convicção sobre a necessidade de unificação da carreira em um único plano e reiterou a disposição da CAIXA em fazê-la, conforme estudo apresentado aos representantes da ADVOCEF em 30 de junho.

BOLETIM - Como avalia a recepção dos advogados? Foi, de modo geral, a que esperava?

ANTONIO CARLOS - A DIJUR conhece bem os problemas e as virtudes do qua-

Antonio Carlos:
no debate,
críticas e
sugestões



dro de advogados da CAIXA. Todos os assuntos abordados pelos colegas durante os debates vêm merecendo atenção por parte da Diretoria Jurídica. Nada obstante, as participações nos Congressos da ADVOCEF permitiram à DIJUR, além da oportunidade de confraternizar com os colegas, reafirmar e rever, quando necessário, suas iniciativas destinadas a proporcionar melhores condições de trabalho às unidades jurídicas e à melhoria dos resultados apresentados pela área.

PALESTRA

Jornada do advogado da CAIXA

Procurador diz que regra do Direito do Trabalho não é cumprida

"A única alternativa compatível com o Direito é o respeito à jornada de trabalho de quatro horas, salvo ajuste em que a vontade livre dos advogados empregados seja respeitada e com a compensação devida", afirmou o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, José Cláudio Monteiro de Brito Filho, em sua palestra no XII Congresso da ADVOCEF. A duração da jornada não será observada apenas "em caso de dedicação exclusiva, que só deve ser aceita excepcionalmente, com anuência do advogado empregado, e mediante compensação, ou de contratação coletiva, por meio de entidade com natureza sindical e que efetivamente represente os advogados".

Segundo o palestrante, a jurisprudência e a doutrina formadas desde 1994, quando entrou em vigor o Estatuto da Advocacia, contrariam o princípio do Direito do Trabalho *in dubio pro operario*. Segundo a regra, havendo mais de uma interpretação possível a respeito de uma norma jurídica, deve ser observada a mais favorável ao trabalhador. "Isso não tem ocorrido em relação ao advogado empregado", afirmou.



José Cláudio: reflexões honestas sobre o Direito

O procurador destacou o acerto do Estatuto em disciplinar a relação entre tomadores de serviços e advogados empregados. Segundo ele, a situação é comum atualmente e necessita de regramento para conciliar a prestação de serviços subordinada com o exercício da advocacia, em que a independência técnica é essencial. "A jurisprudência, estranhamente, não tem assim caminhado, com decisões que desrespeitam o princípio da interpretação em favor do trabalhador, o que é juridicamente inaceitável", disse.

Uma versão do Direito

José Cláudio lamentou o enfraquecimento deliberado dos poderes do Estado, que vem produzindo, no Direito, normas cada vez mais casuísticas. Ficam "em situação de inferioridade os únicos destinatários legítimos das normas jurídicas, os seres humanos, e, no caso específico das relações de emprego, os trabalhadores".

O procurador disse que o governo fez uma tentativa "inconstitucional" de afastar as normas protetivas da atividade do advogado empregado daqueles que têm essa condição no âmbito das estatais, por meio da Lei nº 9527/97. "A lei é questionada desde 2005, quando a OAB ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade, com razão."

José Cláudio ficou satisfeito com a receptividade dos advogados no Congresso. "Um comentário necessário: como professor por quase 20 anos, tenho consciência de que a minha visão não passa disso, de uma visão, ou versão do Direito. Assim, não espero que sejam minhas idéias tidas como verdades, mas somente como reflexões honestas a respeito do Direito, baseadas na visão que tenho a respeito desse fenômeno".

SIJURWEB em outubro



A primeira versão do Projeto SIJURWEB, que se encontra em fase de testes, será implantada nas unidades jurídicas da Matriz, como piloto, até outubro deste ano. A segunda versão, que contemplará funcionalidades essenciais ao registro e controle de processos judiciais e

administrativos, está em fase de desenvolvimento. Sua implantação está prevista para o primeiro semestre de 2007. Segundo o consultor Paulo Meyer e o gerente nacional da GERID Marcos Umberto Serufo, os testes indicam a necessidade de ações corretivas e evolutivas por parte da Tecnologia da CAIXA.

40 anos de FGTS

O FGTS fez 40 anos no dia 13 de setembro. Criado em 1966, através da Lei nº 5.107, possui hoje um cadastro de mais de 10 milhões de empresas e outro de mais de 447 milhões de contas vinculadas dos trabalhadores, administrados pela CAIXA.

Proposta do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, prevê a aplicação de parte do patrimônio do Fundo em investimentos de infra-estrutura.

Dois artigos

Na apresentação da Revista de Direito da ADVOCEF, o consultor jurídico da CAIXA Davi Duarte comenta as dificuldades dos tempos atuais, em que os homens "afrontam a lei, a ética e a moralidade pública, sem ruborizar-se". Diz que há leis em profusão, mas bastaria aplicar os dois artigos propostos por Capistrano de Abreu: 1º) Todo brasileiro é obrigado a ter vergonha na cara; 2º) Revogam-se as disposições em contrário. Davi, que é membro do Conselho Editorial da Revista, chama a atenção para o papel importante cumprido pelos operadores de Direito: construir a segurança jurídica indispensável à estabilidade.



Palinha do músico

Apareceu a oportunidade e o advogado-cantor André Luiz Vieira, do JURIR/São Paulo, deu uma palinha no coquetel de lançamento da Revista de Direito da ADVOCEF. O público presente na pérgula da piscina do Hotel Hilton aprovou e aplaudiu o colega, ex-componente da banda Desvio, de Monte Alto/SP, sua cidade natal. "Nosso repertório variava desde xotes até rock'n'roll." Se pudesse optar, André escolheria a música. Mas dá para ser advogado também. "A banda Desvio até hoje se reencontra para apresentações esporádicas", disse.

Conciliar é legal



O Conselho Nacional de Justiça lançou, em 23 de agosto, o Movimento pela Conciliação, para induzir a cultura do entendimento entre as partes. Com o slogan "Conciliar é legal", o movimento aponta o acordo como o melhor caminho para o encerramento de um processo judicial. À mesma conclusão chegou a reportagem publicada no Boletim da ADVOCEF, em agosto.

XII Congresso em Belém

O XII Congresso da ADVOCEF foi aberto às 20h do dia 31 de agosto, no Hilton Hotel, em Belém. O presidente da entidade, Altair Rodrigues de Paula, fez o discurso inicial.

João Pedro Silvestrin, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e ex-advogado da CAIXA, apresentou o terceiro número da Revista de Direito da ADVOCEF, em nome dos Conselhos Executivo e Editorial. José Cláudio Monteiro de Brito Filho, procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, proferiu palestra sobre o tema "advogado empregado".

Encerrando a cerimônia, Renato Hino, membro do Conselho Deliberativo da ADVOCEF, fez a leitura da ata de posse dos diretores, conselheiros e representantes da entidade, que ocorreu em 15 de agosto. Todos participaram a seguir de sessão de autógrafos com os autores da Revista de Direito.



Mesa de honra na abertura

ADVOCEF JurisTantum

A observância do Princípio do Devido Processo Legal e seus corolários no âmbito das relações privadas

Cláudia Teles da Paixão Araujo

Comentários referentes à Desconsideração da Personalidade Jurídica

Paula Giron Margalho